

RADAR TRABALHISTA

CPRT
COMISSÃO DE
POLÍTICA DE
RELAÇÕES
TRABALHISTAS

CBIC

Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC

Ano 3 – Número 137 – 09/03 a 13/03/2020

Sumário

- ✦ Destaque da Semana
- ✦ Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)
- ✦ Notícias do Executivo
- ✦ Notícias do Ministério Público do Trabalho
- ✦ Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho
- ✦ Outras Notícias
- ✦ Atos Normativos
- ✦ Dados Estatísticos de Fiscalização

Destaque da Semana

[Governo moderniza novas normas para reduzir burocracia e aumentar segurança](#)

Ministério da Economia (Trabalho) - 11/03/2020

Assinadas nesta quarta-feira (11) pelo secretário especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, Bruno Bianco, as novas redações de três normas regulamentadoras garantem a segurança dos trabalhadores com medidas de prevenção de riscos ocupacionais e protocolos de ação em caso de exposição aos riscos. Os documentos devem ser publicados no Diário Oficial da União (DOU) ainda esta semana. Passaram por processo de revisão as normas regulamentadoras 1, de disposições gerais; 7, que trata do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional; e a 9, do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais.

Para ler na íntegra [clique aqui](#)

SESI
Serviço Social da Indústria
PELO FUTURO DO TRABALHO

CBIC



Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

[Ministro concede liminar para considerar alta da mãe ou do recém-nascido como marco inicial da licença-maternidade](#)

Supremo Tribunal Federal - 12/03/2020

O ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), concedeu liminar para que os dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e da Lei 8.213/1991 sejam interpretados de forma a que se reconheça como marco inicial da licença-maternidade e do salário-maternidade a alta hospitalar da mãe ou do recém-nascido, o que ocorrer por último. A concessão da medida deve restringir-se aos casos mais graves (internações que excederem o período de duas semanas). A liminar, deferida na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6327, ajuizada pelo partido Solidariedade, será submetida a referendo do Plenário.

[Cassada decisão que manteve desconto de contribuição sindical aprovada em assembleia](#)

Supremo Tribunal Federal - 12/03/2020

A ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), cassou decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT-1), com sede no Rio de Janeiro, que autorizou o desconto em folha da contribuição sindical aprovada em assembleia com ampla participação dos trabalhadores da categoria. A decisão se deu na Reclamação (RCL) 36185, ajuizada pela Atento Brasil S. A., que argumentava que a aprovação na assembleia não supriria a necessidade de autorização expressa dos participantes.

[Aprovada tese que garante a trabalhador em atividade de risco direito a indenização em caso de acidente](#)

Supremo Tribunal Federal - 12/03/2020

Por maioria, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) aprovou, na sessão desta quinta-feira (12), tese para fins de repercussão geral (Tema 932) que garante ao trabalhador que atua em atividade de risco o direito a indenização em razão de danos decorrentes de acidente de trabalho, independentemente da comprovação de culpa ou dolo do empregador.



Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

[Especial Coronavírus: como ficam as relações de trabalho?](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 13/03/2020

A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou, nesta quarta-feira (11), pandemia global do coronavírus. Incluem-se, entre as recomendações de prevenção, a limpeza e higienização do local de trabalho, a promoção regular de limpeza das mãos e a disposição de lenços em locais de fácil acesso. Também foi recomendado evitar multidões e sugerido o teletrabalho no caso de epidemia. [Confira aqui](#) o informativo da OMS, divulgado em 27/2.

[Família de empregado morto em acidente receberá honorários advocatícios da empresa](#)

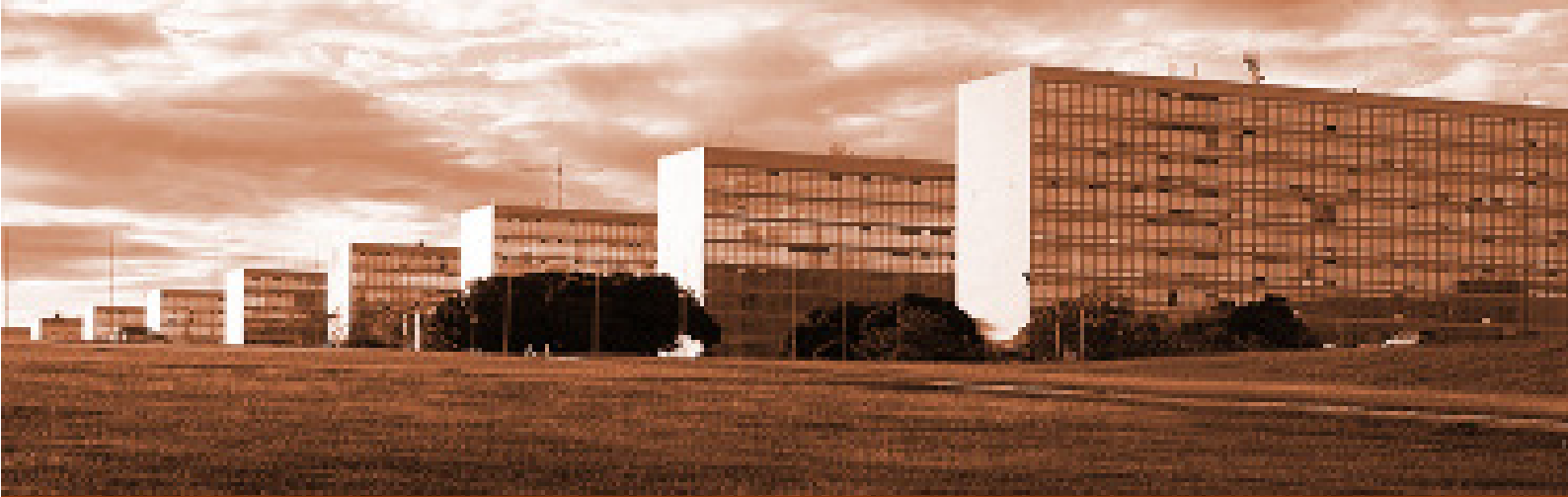
Tribunal Superior do Trabalho - 11/03/2020

A Quinta Turma do Tribunal Superior do Trabalho acolheu o recurso interposto pela irmã e pelos pais de um empregado, vítima de acidente de trabalho, para determinar que a Nexans do Brasil, do Rio de Janeiro (RJ), pague os honorários advocatícios na reclamação trabalhista em que foi condenada por danos morais. Segundo a Turma, a indenização não decorre da violação de direitos trabalhistas, o que afasta a exigência de filiação dos autores da ação à entidade sindical.

[Cesta básica fornecida por liberalidade da empresa tem natureza salarial reconhecida](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 10/03/2020

A Segunda Turma do Tribunal Superior do Trabalho determinou a integração do preço médio oficial da cesta básica da cidade de Jandira (SP) ao salário de um vendedor do grupo empresarial composto pela Torres Cabral Materiais para Construção e pela Jand Serviços Empresariais Ltda. Por consequência, as empregadoras foram condenadas ao pagamento das repercussões do valor nas demais parcelas.



Notícias do Executivo

[Empresas têm até 17 de abril para entregar dados da Rais de 2019](#)

Ministério da Economia (Trabalho) - 09/03/2020

Começa nesta segunda-feira (9) e vai até 17 de abril o período para entrega da declaração da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) de 2019. Neste ano, a novidade é que parte das empresas do setor privado já enviaram as informações pelo Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial) ao longo do ano passado e estarão desobrigadas de um novo envio. O prazo final para declaração é 17 de abril.

[Quase 39 mil trabalhadores são afastados por LER/Dort em 2019](#)

Fundacentro - 11/03/2020

De norte a sul do Brasil, Fundacentro e Superintendências Regionais do Trabalho realizaram debates sobre as Lesões por Esforços Repetitivos e os Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho – LER/Dort. Segundo dados da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, em 2019, quase 39 mil trabalhadores foram afastados do trabalho devido a esse tipo de adoecimento, que pode levar a perda de funcionalidade e dificuldade de movimentos, trazendo impactos para a vida profissional e pessoal do trabalhador.



Notícias do Ministério Público do Trabalho

[Nota técnica norteia a atuação do MPT para reduzir impactos do coronavírus em trabalhadores](#)

Ministério Público do Trabalho - 14/03/2020

O Ministério Público do Trabalho (MPT) publicou [nota técnica](#), neste sábado (14), destinada a orientar empregadores, sindicatos patronais, sindicatos profissionais e procuradores da instituição sobre o coronavírus (Covid-19). O documento traz medidas que devem ser implementadas por setores econômicos com atividades consideradas de risco muito alto, alto e mediano de exposição, conforme classificação da agência Occupational Safety and Health (OSHA), dos Estados Unidos.

[Pesquisa mostra que Lei de Cotas promove inclusão social de PcDs e colabora para o aumento do poder aquisitivo dos beneficiários](#)

Ministério Público do Trabalho - 13/03/2020

Uma pesquisa encomendada em 2018 pelo Ministério Público do Trabalho em São Paulo (MPT-SP) ao IBOPE entre pessoas com deficiência (PcDs) revelou que 89% dos entrevistados consideram que a Lei de Cotas as ajuda em diversos aspectos relacionados ao mercado de trabalho. Para 86% dos entrevistados, a lei de cotas promove o aumento da visibilidade social e 82% creditam a ela o aumento do poder aquisitivo das PcDs.

[MPT vê avanço em garantias a PcDs com aprovação de índice que avalia deficiência](#)

Ministério Público do Trabalho - 11/03/2020

O Ministério Público do Trabalho (MPT) vê avanços na garantia de direitos a pessoas com deficiência (PcDs) com a aprovação do Índice de Funcionalidade Brasileiro Modificado (IFBr-M) pelo Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade), ligado ao governo federal. Publicada no Diário Oficial da União do dia 10 de março, a [Resolução nº 1/2020](#) permite a avaliação da deficiência a partir da interação dessa lesão com as barreiras sociais que impedem a participação plena da pessoa na sociedade.

Auditor Fiscal do Trabalho

Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

[Coronavírus – SINAIT sugere a autoridades manter Auditores-Fiscais do Trabalho em trabalho remoto por 20 dias](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 12/03/2020

O SINAIT enviou na tarde desta quinta-feira, 12 de março, correspondência ao Secretário Especial da Previdência e Trabalho Bruno Bianco, ao Secretário do Trabalho Bruno Dalcolmo e ao Subsecretário de Inspeção do Trabalho Celso Amorim, relativa à pandemia do coronavírus. Baseado em recomendações do Ministério da Saúde e em providências que vêm sendo adotadas por empresas e órgãos públicos, o SINAIT sugere às autoridades ligadas à Auditoria-Fiscal do Trabalho que mantenha todos os Auditores-Fiscais do Trabalho em trabalho remoto pelos próximos 20 dias. Após esse período, que seja reavaliada a decisão, de acordo com a realidade enfrentada pelo País. [Confira aqui](#) a carta e os protocolos de entrega. O SINAIT aguarda um posicionamento das autoridades.



Outras Notícias

[Impactos da Lei Geral de Proteção de Dados nas relações de trabalho](#)

Consultor Jurídico - 14/03/2020

No país em que a exposição e o compartilhamento de dados pessoais, além da própria revelação de intimidade, parecem estar incrustados na cultura da população, haverá muito trabalho, não só para adaptação ao novo modelo e suas respectivas exigências, mas para uma verdadeira assimilação de que todo e qualquer dado inerente à pessoa natural deve ser rigorosamente protegido, seja quando da coleta, compartilhamento e, até mesmo, para fins de descarte.

[Falar com superior em tom de ameaça enseja justa causa, decide TRT-18](#)

Consultor Jurídico - 10/03/2020

Adotar tom de ameaça durante conversa com superior hierárquico, demonstrando indisciplina e insubordinação, é fundamento suficiente para justificar demissão por justa causa. Foi com base nesse entendimento que a 2ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região reverteu decisão de primeiro grau, mantendo dispensa por mau procedimento do empregado.

[Testemunha mente em processo trabalhista e reclamante é condenado](#)

Consultor Jurídico - 10/03/2020

Ao apresentar uma testemunha mentirosa, o autor do processo assume a responsabilidade sobre o depoimento falso, uma vez que o reclamante é responsável pelas provas produzidas no curso da ação. Com esse argumento, o juiz Daniel Branquinho Cardoso, da 2ª Vara do Trabalho de Rio Verde (GO), decidiu que o autor de um processo trabalhista, assim como uma de suas testemunhas, devem pagar multa à União por falso testemunho.

[OIT recomenda que governo assegure direito à negociação coletiva](#)

Consultor Jurídico - 09/03/2020



Outras Notícias

O governo brasileiro deve adotar medidas para garantir o direito de organização e de negociação coletiva, que fazem parte das convenções ratificadas pelo Brasil. A conclusão consta do relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre a aplicação de normas internacionais do trabalho.



Atos Normativos

[RESOLUÇÃO CONADE Nº 01/2020](#) (DOU de 10/03/2020 Seção I Pág. 66) - Aprova o Índice de Funcionalidade de Brasileiro Modificado (IFBrM) como instrumento adequado de avaliação da deficiência a ser utilizado pelo Governo Brasileiro, conforme prevê o Parágrafo 2º do Artigo 2º da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão);

[RETIFICAÇÃO CRPS](#) (DOU de 11/03/2020 Seção I Pág. 25) - verbete VI do Enunciado 7 do CRPS, publicado no DOU nº 219, de 12/11/19, Seção 1, página 321, seção 1, onde se lê: "atividade", leia-se: "incapacidade";

[PORTARIA SEPRT Nº 6.730, DE 9 DE MARÇO DE 2020](#) (DOU de 12/3/2020 Seção I Pág. 17) - Aprova a nova redação da Norma Regulamentadora nº 01 - Disposições Gerais e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais. (Processo nº 19966.100073/2020-72);

[PORTARIA SEPRT Nº 6.735, DE 10 DE MARÇO DE 2020](#) (DOU de 12/3/2020 Seção I Pág. 20) - Aprova a nova redação da Norma Regulamentadora nº 09 - Avaliação e Controle das Exposições Ocupacionais a Agentes Físicos, Químicos e Biológicos. (Processo nº 19966.100181/2020-45);

[PORTARIA MS Nº 356, DE 11 DE MARÇO DE 2020](#) (DOU de 12/03/2020 Seção I Pág. 185) - Dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19);

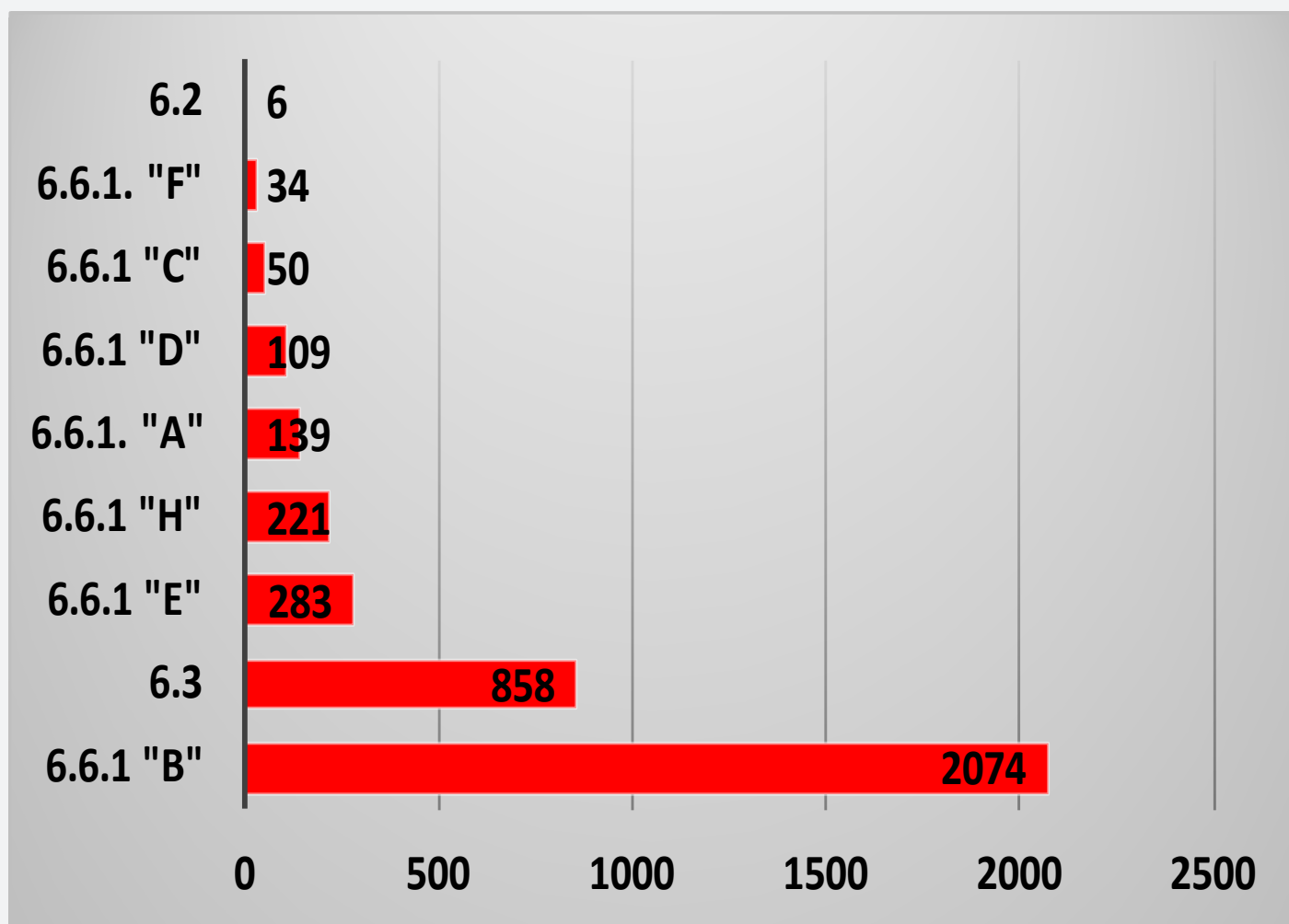
[PORTARIA SEPRT Nº 6.734, DE 9 DE MARÇO DE 2020](#) (DOU de 13/3/2020 Seção I Pág. 15) - Aprova a nova redação da Norma Regulamentadora nº 07 - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO. (Processo nº 19966.100069/2020-12);

[RESOLUÇÃO NORMATIVA - RN ANS Nº 453, DE 12 DE MARÇO DE 2020](#) (DOU de 13/03/2020 Seção I Pág. 65) - Altera a Resolução Normativa - RN nº 428, de 07 de novembro de 2020, que dispõe sobre o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde no âmbito da Saúde Suplementar, para regulamentar a cobertura obrigatória e a utilização de testes diagnósticos para infecção pelo Coronavírus.



Dados estatísticos de Fiscalização

Os 9 (nove) itens da Norma Regulamentadora n.º 06 (Equipamentos de Proteção Individual) mais capitulados como "Irregular (Autuação)" durante a fiscalização do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) na Indústria da Construção (CNAEs 41, 42 e 43) no período de 2012 a 2017:



Fonte: Sistema Federal de Inspeção do Trabalho - SFIT/ME

Dados estatísticos de Fiscalização

Irregular (Autuação): É uma rubrica utilizada pela fiscalização do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) para contabilizar os itens da legislação trabalhista (CLT ou Segurança e Saúde no Trabalho) que foram capitulados nos autos de infração lavrados em desfavor das empresas durante a ação de fiscalização realizada pelos Auditores Fiscais do Trabalho. Esse quantitativo não está atrelado obrigatoriamente ao número de “notificações” ou “regularizados na ação fiscal” realizadas pela auditoria fiscal do Ministério da Economia. Os atos fiscais do ME são assim contabilizados: RF 1 - Regular; RF 2 - Regularizado na Ação Fiscal; RF 3 - Irregular (autuação); RF 4 - Notificado; RF 5 - Embargo; RF 6 - Levantamento de Embargo; RF 7 - Interdição; RF 8 - Levantamento de Interdição.

6.6.1 Cabe ao empregador quanto ao EPI :
b) exigir seu uso;

6.3 A empresa é obrigada a fornecer aos empregados, gratuitamente, EPI adequado ao risco, em perfeito estado de conservação e funcionamento, nas seguintes circunstâncias:

- a) sempre que as medidas de ordem geral não ofereçam completa proteção contra os riscos de acidentes do trabalho ou de doenças profissionais e do trabalho;
- b) enquanto as medidas de proteção coletiva estiverem sendo implantadas; e,
- c) para atender a situações de emergência.

6.6.1 Cabe ao empregador quanto ao EPI :
e) substituir imediatamente, quando danificado ou extraviado;

6.6.1 Cabe ao empregador quanto ao EPI :
h) registrar o seu fornecimento ao trabalhador, podendo ser adotados livros, fichas ou sistema eletrônico

6.6.1 Cabe ao empregador quanto ao EPI :
a) adquirir o adequado ao risco de cada atividade;

6.6.1 Cabe ao empregador quanto ao EPI :
d) orientar e treinar o trabalhador sobre o uso adequado, guarda e conservação;

6.6.1 Cabe ao empregador quanto ao EPI :
c) fornecer ao trabalhador somente o aprovado pelo órgão nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho;

6.6.1 Cabe ao empregador quanto ao EPI :
f) responsabilizar-se pela higienização e manutenção periódica; e,

6.2 O equipamento de proteção individual, de fabricação nacional ou importado, só poderá ser posto à venda ou utilizado com a indicação do Certificado de Aprovação – CA, expedido pelo órgão nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego.

EXPEDIENTE

Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

José Carlos Martins

Presidente

Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)

Fernando Guedes Ferreira Filho

Presidente da CPRT

Gilmara Dezan

Supervisora de Projetos e Assessora da CPRT

Queiroz Neto Advocacia & Políticas Públicas

Clovis Veloso de Queiroz Neto

Consultor CBIC e Responsável Técnico